

Davi Monteiro Diniz

**DA OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR
POR ENRIQUECIMENTO
SEM CAUSA**

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Davi Monteiro Diniz

Categoria: Direito Civil

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo,
inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184
e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão
e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Din583 Diniz, Davi Monteiro.

Da obrigação de restituir por enriquecimento sem causa /
Davi Monteiro Diniz. — 1. Ed. — Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2013.

120p. ; 16x23cm. —

Bibliografia: p. 105-110.

ISBN 978-85-375-2215-8 (broch.)

1. Enriquecimento ilícito - Brasil. 2. Obrigações (Direito) –
Brasil.

I. Título.

CDD 346.81029

SUMÁRIO

1. Introdução	1
1.1 Da vedação ao enriquecimento sem causa como tema de análise jurídica	1
1.2 Esforços de abordagem sistemática dos problemas decorrentes da vedação ao enriquecimento sem causa	4
2. Vedação ao enriquecimento sem causa: origens no direito romano	7
2.1 A inspiração romana	7
2.2 Situações de incidência nas fontes romanas	7
2.2.1 A ausência de causa nos negócios jurídicos: da tópica à generalização	7
2.2.2 <i>Condictio</i> , <i>negotiorum gestorum</i> , <i>actio de in rem verso</i>	12
2.2.2.1 <i>Condictio</i>	12
2.2.2.2 <i>Negotiorum gestorum</i>	18
2.2.2.3 <i>Actio de in rem verso</i>	19
3. Repercussão do direito romano sobre a vedação ao enriquecimento sem causa nos modernos direito francês e direito alemão	23
3.1 A herança que influenciou França e Alemanha	23
3.2 A orientação francesa sobre a vedação ao enriquecimento sem causa ...	25
3.2.1 Histórico	25
3.2.2 Parâmetros atuais oferecidos pelo direito francês	29
3.3 A orientação alemã sobre a vedação ao enriquecimento sem causa	32
3.3.1 Enriquecimento injustificado derivado de prestação efetuada pelo empobrecido (<i>Leistungskondiktion</i>)	34
3.3.2 Enriquecimento que não decorra de prestação (<i>Nichtleistungskondiktion</i>)	37
3.3.3 Disposições sobre o montante a restituir	40
3.3.4 Síntese das disposições editadas nos §§ 812-822	42
3.3.5 Inserção dos §§ 812-822 na sistemática do BGB	43
4. Contraste entre as escolhas dos direitos francês e alemão a respeito da vedação ao enriquecimento sem causa	45
4.1 Repercussões do direito francês e do direito alemão na Europa: o tema no direito italiano e no direito português	48

4.2 Notícia da vedação ao enriquecimento sem causa no código italiano de 1942	48
4.3 Notícia da vedação ao enriquecimento sem causa no código civil português de 1966	50
5. A vedação ao enriquecimento sem causa no direito brasileiro	55
5.1 Elementos do pensamento brasileiro sobre o tema	55
5.2 Enriquecimento sem causa como obrigação ex lege no direito brasileiro	56
5.3. Distinção das escolhas brasileiras em face dos modelos europeus	57
5.4. Da restituição por enriquecimento sem causa no brasil	58
5.4.1 Significado jurídico do termo causa no enriquecimento	60
5.4.2 Causa justa para o enriquecimento	62
5.4.3 Duas importantes derivações da exigência legal de causa justa ao enriquecimento	64
5.4.4 Vantagens indevidamente auferidas	65
5.4.5 Criação da obrigação de restituir	66
5.4.6 Conteúdo da obrigação de restituir	69
5.4.7. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido no código civil brasileiro	76
5.4.8 Restituição proposta a terceiros enriquecidos sem justa causa	79
5.4.9 Síntese	83
6. Apêndice: vedação ao enriquecimento sem causa na tradição anglo-americana	85
6.1 Vedação ao enriquecimento sem causa no direito inglês	85
6.1.1 <i>Quasi-contracts</i> no <i>common law</i>	87
6.1.2 <i>Trust, constructive trust e equitable lien</i>	93
6.1.3 <i>Unjust enrichment</i> no direito inglês	97
6.2 <i>Unjust enrichment</i> nos estados unidos	100
Bibliografia	105